

A Ambivalência de uma Cultura: O Negro no Brasil, em uma Perspectiva Histórica

José Flávio Sombra Saraiva

A cultura negra no Brasil e seus paradoxos para a questão da identidade

Debruçar-se sobre a contribuição da cultura negra no Brasil é dedicar-se à própria identidade brasileira. Apesar de muitas vezes ter sido, e continuar sendo, vilependiada por setores da sociedade brasileira, a contribuição africana é parte intrínseca da construção da nação. Na verdade, se é ainda possível falar de uma nacionalidade brasileira, uma parte formadora dessa nação, ou nações, vem da presença da África no Brasil, desde o século XVI.

Paradoxalmente, o legado africano é marcado por uma complexa ambivalência. Por um lado, a contribuição negra à história nacional é reconhecida. Por outro, ela não é considerada a contribuição maior, sequer igual, a outras contribuições vindas de regiões diversas, mormente as de raízes branca e européia. As fontes de exotismo são buscadas na África, mas as de racionalidade o são em outras partes. Esse é um paradoxo que deixa perplexa parte da comunidade negra existente no

José Flávio Sombra Saraiva é doutor em História e professor da UnB.
Textos de História 1 (1993): 32-48.

T - E - X - T - O - S D - E

Brasil. E deixa tantos intelectuais, ativistas e políticos também em posições pouco cômodas. Mas o pior do paradoxo é o silêncio ativo que se constituiu, ao longo da história brasileira, sobre a inegável contribuição negra à cultura nacional.

É sobre esse silêncio que o presente artigo pretende não silenciar. Certamente, muitos historiadores no Brasil e fora dele têm explorado o tema do escravismo colonial. Estudos empíricos e formulações teóricas originais foram produzidas. Há ainda uma enorme carência de textos e de um debate intelectual que fuja do violento e amargo senso comum de que o Brasil produziu uma sociedade diferente, atípica, onde a “democracia racial” se impôs como um modelo a ser exportado.

O presente texto pretende, assim, sugerir alguns pontos para a reconstrução histórica de um legado ambivalente que, sendo produzido aos poucos, foi de uma perversa eficácia no sentido de forjar uma memória coletiva brasileira discriminatória e racista.

Uma ligação histórica profunda da África com a formação da sociedade brasileira. O papel da escravidão

No continente americano, o Brasil foi o país mais “acabadamente escravista”, para utilizar os termos de Mário Maestri¹. Durante mais de trezentos anos, a escravidão de africanos e afro-brasileiros foi o pilar da

formação social brasileira. Mais ainda, a integração doméstica promovida pelo sistema escravista permitiu que o Império Brasileiro fosse o último país a abolir, formalmente, a condição do ser escravo, em 1888.

A história começa com a instalação do sistema de *plantation* no nordeste brasileiro, no século XVI. O Brasil produzia açúcar enquanto a África, desde 1530, produziu força de trabalho escrava para as plantações². Uma estrutura transatlântica de comércio foi criada, na qual o capital de circulação dominava as relações da nova colônia portuguesa na América³. Para a administração colonial, o Brasil e a África estavam indissolúvelmente ligados. O jurista português Domingos de Abreu e Pinto, em 1592, expressou plenamente esse *linkage*, através de um famoso relatório que pretendia investigar os assuntos dos reinos sob a influência do comércio português na África. Ele não se furtou a ligar, no próprio título da obra, as duas terras lusíadas no Atlântico, para chamar a obra de:

Sumário e descrição do Reino de Angola, do desenvolvimento da ilha de Luanda e das grandes províncias do Estado do Brasil⁴.

Apesar da chegada dos primeiros africanos ao Brasil datarem de 1530⁵, a transferência massiva de africanos escravizados para o Brasil se inicia depois de 1550, quando as plantações de cana-de-açúcar se tornaram mais organizadas, no Nordeste brasileiro em especial. Tão grande se tornou a demanda por escravos africanos, que tal condição veio a redirecionar o comércio português de escravos de certas colônias da América

Espanhola, como Santo Domingo, México e Peru, para o Brasil⁶.

Essa foi, justamente, a gênese de uma longa história que viria a unir e separar a África do Brasil, em ações e construções mentais que culminaram com a ambivalência da contribuição africana à cultura brasileira. Ano após ano, durante todo o período colonial brasileiro (1500-1822), o número de africanos transportados aumentou.

Os dados mudam de pesquisador para pesquisador, e de período para período, variando de 1.000 por ano, no final do século XVI, para 60.000 escravos importados, somente no ano de 1848. Há muitos problemas com o cálculo, somado aos naturais problemas advindos do tráfico ilegal, após a abolição oficial do tráfico, em 1850. Goulart estimou o número total de importados em todo o período do tráfico África-Brasil em torno de 3.500.000 e 3.600.000⁷. Curtin estimou o mesmo tráfico em torno de 6.646.800⁸.

Outro aspecto a ser notado é a procedência dos escravos africanos. Eles foram violentamente transportados de diferentes regiões na costa africana, principalmente Angola, Congo e África Ocidental. Outros tantos vieram de Moçambique. Houve períodos em que a África Ocidental forneceu a maior carga de navios negreiros para o Brasil. Mas houve tempo, em particular depois da expulsão holandesa do Nordeste brasileiro e de Angola, que Angola se tornou a maior provedora de escravos⁹.

Comércio de escravos e plantações de açúcar foram os fundamentos da história comum compartilhada

pelos dois lados do Atlântico Sul, incluindo também o intercâmbio de outro grande número de mercadorias e a transferência de experiências políticas e culturais¹⁰.

Muitos produtos utilizados no comércio atlântico eram advindos do Brasil: tabaco, ouro, cachaça, carne seca do Ceará, etc. Muitos brasileiros foram à África como soldados, navegadores, administradores e comerciantes. Homens proeminentes tornaram-se administradores nas colônias portuguesas da África: João Fernandes Vieira e, depois, André Vidal de Negreiros foram governadores de Angola, entre 1658 e 1666; e o general e barão José de Oliveira Barbosa governou esse mesmo território em 1616¹¹.

Reis do Dahomé mandaram representações diplomáticas ao Brasil, de forma a persuadir mercadores brasileiros a se concentrarem no comércio da Costa de Escravos em Ajudá, também conhecida como Whydah, no século XVIII. Esse foi o objetivo da missão mandada pelo Rei Tegnossu para a Bahia, em 1750. Dois governadores-gerais do Brasil, D. Fernando José de Portugal e D. Francisco da Cunha Mendes, receberam embaixadores do Daomé para discutir com eles o proposto monopólio do comércio da Costa de Escravos pelos comerciantes brasileiros, no final do século XVIII¹².

Um bom exemplo de um outro tipo de contato entre Brasil e África foi a presença de um administrador e comerciante brasileiro na costa do Daomé, no final do século XVIII. Ele era Francisco Felix de Souza, que foi indicado pelo Rei do Daomé com "cháchá", isto é, um controlador de comércio e relações políticas com es-

trangeiros no porto de Ajudá. Profundamente ligado à vida brasileira, mandou seus filhos serem educados no Brasil. Sua fama e descendência permaneceram por muito tempo no ocidente africano, particularmente no Togo e no Benin.

Finalmente, o principal contato brasileiro com a África: Angola. Em particular depois da derrota dos holandeses em Luanda, em 1948, por uma expedição arregimentada por um aristocrata do Rio de Janeiro (Salvador Correia de Sá e Benevides), Angola tornou-se totalmente complementar à economia brasileira. Os novos administradores de Angola vinham do Nordeste brasileiro: João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Os novos administradores tratavam Angola como um "necessary appendage" do Brasil, para utilizar a expressão de Pardo¹³. O historiador português Jaime Cortesão escreveu que Angola tinha se transformado em um "rebotalho" do Brasil, sendo que Portugal perdera o controle direto da colônia africana¹⁴.

A extinção do tráfico e a crise nas relações do Brasil com a África. O século XIX

A história anteriormente descrita muda drasticamente no século XIX. O Brasil perde seus privilégios e interesses quase exclusivos no Atlântico Sul. De fato, a situação já começara a mudar no final do século XIX, com a tentativa portuguesa de romper o comércio triangular que unia o Brasil à África e aos mercados asiáticos. O

Decreto de 17 de novembro de 1791 proibia a navegação do Brasil com a Índia.

Ao mesmo tempo, um outro protagonista entrava em cena e ajudava a reduzir a importância do Brasil na África. Era a Grã-Bretanha, com suas demandas pela urgente abolição do comércio de escravos africanos e da escravidão africana na América. A ação política e militar desse país foi violenta na região do Atlântico Sul. Esse foi o background da independência do Brasil em relação a Portugal, em 1822, e subseqüentes crises nas relações diretas do Brasil com a África.

Seguindo a independência brasileira, comerciantes angolanos de Benguela tentaram juntar-se ao nascente Império Brasileiro, em movimentos políticos que balançaram Luanda e Benguela, entre 1822 e 1826. Membros angolanos do parlamento português, ao viajarem de Angola para Lisboa, em 1822, decidiram juntar-se à independência do Brasil. Assim, a união Brasil-Angola foi uma hipótese na independência¹⁵.

A África Ocidental também tomou conhecimento da independência brasileira. Ficou comprovado, através de documentos de 1827, 1829 e 1830, que o coronel Manuel Alves de Lima foi mandado três vezes ao Brasil como embaixador do rei Obá Osemwede do Benin. O objetivo era entregar ao imperador Pedro I os termos do reconhecimento da independência do Brasil, em nome do imperador do Benin e Rei Ajan e outros reinos da África. O Rei Osemwede foi um dos primeiros a reconhecer a independência do Brasil. Paradoxalmente, este ficou como a última embaixada africana no Rio de Janeiro do século XIX¹⁶.

A Grã-Bretanha atuou como mediadora de um diálogo com remota opção de manobra para o Brasil e a África. O tratado assinado por Portugal e Brasil em 1826, quando Portugal oficialmente reconheceu a independência brasileira, é um claro exemplo de como o Brasil precisou se afastar da África para dar lugar a outros interesses. No texto, o Imperador D. Pedro comprometeu-se a não anexar e não aceitar qualquer proposta de colônias portuguesas que desejassem se juntar ao país¹⁷.

A possível união Brasil-Angola foi posta de lado em favor das negociações da independência. Separou-se ainda mais a África do Brasil. A partir daí, os próprios africanos e descendentes de africanos no país começaram a se separar da África.

O Atlântico Sul passou a ter um novo sistema político e econômico, onde novas estruturas reforçavam o moderno colonialismo, sem escravidão, mas com outras formas de subjugo. No Brasil, todo este contexto também levou a um enorme debate sobre a crise da escravidão. Há uma gama de teorias e interpretações, desde a crise da elasticidade do sistema escravista, passando pelo choque de racionalidade do escravismo com o novo liberalismo, pelas hipóteses conspiratórias da História, pressões inglesas, peso das novas imigrações, por exemplo.

O fato é que a lei de Euzébio de Queiróz, que era então ministro da Justiça, foi publicada em 15 de Julho de 1850, tornando-se lei efetiva em 4 de setembro de 1850. Oficialmente, estava terminado o tráfico de africanos para o Brasil. Apesar do comércio ilegal ter permane-

cido ainda por algumas décadas, a tendência era clara. Os velhos laços que uniam a África ao Brasil começavam a ser rompidos. Mas, os contatos continuaram. E novas construções ideológicas sobre o papel do negro tiveram que ser construídas para encontrar o lugar do africano e seus descendentes na sociedade e na cultura nacionais. Aí vem um novo drama, tão dramático quanto o da escravidão.

O legado ambivalente: o negro (África) dentro do branco (Brasil)

Certos autores clássicos têm descrito o período que se inicia em 1850 como o fim dos contatos regulares do Brasil com a África. Para eles, uma “era de silêncio” começou com a extinção do comércio. José Honório Rodrigues chamou isso de a “retirada”¹⁸. Boadi-Siaw afirmou que além de certos contatos privados do Brasil com a África, o que passaria a ocorrer teria uma escala de significância mínima¹⁹.

Além disso, a tal separação teria uma única razão: os ingleses. Era como se tudo fosse um resultado automático das novas hegemonias no Atlântico Sul. Para José Honório Rodrigues, dada a nova ordem internacional no Atlântico Sul, o Brasil não tinha outra opção senão retirar-se da África²⁰.

Embora tais interpretações não sejam de todo descartáveis, elas têm limitações. Um elemento crucial da retirada brasileira da África não foi examinada por



Rodrigues ou Boadi-Siaw, como na grande maioria dos trabalhos sobre a contribuição africana à história brasileira: a falta de interesse da elite brasileira pela continuação das relações com o continente africano. O silêncio nas relações do Brasil com a África, que começou a se instalar em meados do século XIX e tornou-se quase total no início do século XX, não foi só uma consequência natural da extinção do tráfico de escravos, das crises políticas brasileiras, da influência britânica na região, do ascenso de um novo grupo econômico modernizador em áreas de produção cafeeira de São Paulo e da introdução dos trabalhadores europeus.

Outro fator, de natureza ideológica, herdado da estrutura social da escravidão, permeou os demais elementos mencionados. A elite brasileira do final do século XIX e início deste século, pretendia construir uma nação diferente, mas modelada sobre as chamadas nações modernas e ocidentais. A contribuição africana para a sociedade e a cultura do Brasil deveria ser, assim, reconhecida só como uma fonte de poder físico, folclórico, de rica culinária, e por que não, pelo doce e generoso caráter nacional brasileiro. As fontes de racionalidade e modernidade tinham que ser buscadas e identificadas na herança européia e branca do Brasil.

Desde o início do século XIX, na verdade, a elite brasileira tratava de fazer uma transição da escravidão para a liberdade, através da formação de uma classe de homens, ditos livres e de descendência africana, mas estritamente controlada²¹. Eles eram os chamados "emancipados", que haviam nascido no Brasil ou na África, dos quais o grupo hegemônico branco exigia uma

submissão ideológica através das mais variadas formas. Em outras palavras, os ex-mestres deveriam se tornar padrinhos²². A alforria, no Brasil, não foi comparável em termos quantitativos com a maioria dos sistemas escravistas da América, como Degler muito bem lembrou²³. O primeiro censo demográfico nacional mostrou que entre 10 milhões de habitantes, 4,5 milhões eram constituídos de emancipados, portanto, negros. Eles eram muito mais numerosos que os 3,8 milhões de brancos e 1,5 milhões de escravos²⁴.

No Brasil, a alforria foi um meio de reforçar a submissão de uma maneira mais sutil. Para conceder a alforria, considerada um direito privado dos senhores, o emancipado deveria mostrar gratidão e respeito pelo resto da vida. Mas a alforria podia ser revista pelo senhor. A importância da lealdade do negro, em relação ao branco, foi claramente postulada pelo líder maior da independência brasileira, José Bonifácio, e seguida por muitos outros. Nesse sentido, o processo de abolição da escravidão no Brasil começou muito antes do fim do tráfico de escravos e da abolição oficial, em 13 de maio de 1888.

Assim, a alforria foi construída para integrar os negros na sociedade livre, mas sem provê-los de suficientes oportunidades para seu livre desenvolvimento. Ao contrário, os padrões de passagem do trabalho compulsório para o livre tinham se iniciado no princípio do século XIX e já haviam criado uma grande classe social de dependentes sem terras ou direitos legais.

Os emancipados não podiam andar livremente. Já em 1831, o desembarque de africanos livres foi proibido em todos os portos do Brasil.

O outro lado do projeto de concessão de liberdade aos escravos era vinculado ao medo²⁵. O medo de uma revolução, comparável a do Haiti (1792), era uma constante entre os membros da elite brasileira do século XIX. Certamente, tal medo nutria-se de uma história de rebeliões negras ocorridas no Brasil desde o período colonial.

Os africanos tinham constante e consistentemente lutado contra sua condição de ser escravo. A história completa de tais rebeliões ainda falta ser contada no Brasil. Os quilombos, onde os fugidos das plantações organizavam suas vidas, foram o centro de uma longa batalha contra o sistema escravista.

Houve milhares de quilombos no Brasil, espalhados por todo o país. O mais famoso e poderoso foi o Quilombo de Palmares, no Nordeste. Ele era uma organização, uma aglomeração em forma de cidade, com mais de vinte mil habitantes. Teve uma longa existência através do século XVII, transformando-se no mais importante centro de resistência africana, indígena e de outros grupos marginais da ordem escravista. Tornou-se, por isso, um símbolo, com muita atualidade, nas novas lutas civis e políticas dos negros. Desnecessário lembrar que o Quilombo de Palmares foi violentamente destruído, no final do século XVII²⁶.

Palmares foi apenas um exemplo em uma série de revoltas de emancipados que continuaram nos séculos XVIII e XIX. Uma importantíssima rebelião urbana

ocorreu nas ruas de Salvador, Bahia, em 1835. Ela culminou com uma verdadeira guerra entre afro-brasileiros muçulmanos, os chamados malês, e as autoridades baianas da época²⁷. Foram executados ou deportados para a África. A partir daí, e por toda a segunda metade do século XIX, um grande número de emancipados retornou à África. Era uma lógica alternativa frente à ausência de oportunidades para seu desenvolvimento social.

No fundo, os emancipados só tinham duas opções. Ou eram excluídos do país ou se reintegravam às plantações como trabalhadores mal pagos e dependentes. Os negros que ficaram nas áreas urbanas eram perseguidos pela polícia. O mais interessante é que as elites brasileiras procuravam estimular a repatriação do negro para a África. Esse era o seu lugar, no imaginário de tais elites.

A ambivalência permanece

Como conclusão, deve ser lembrado que o movimento abolicionista no Brasil favoreceu a diluição da herança africana e o “embranquecimento” da sociedade brasileira. Um dos mais importantes abolicionistas, Joaquim Nabuco, não deixou nenhuma dúvida sobre o objetivo final de um “Brasil branco”²⁸. A imigração branca foi largamente estimulada pelo Estado. Entre 1884 e 1933, chegaram ao Brasil 1,4 milhão de italianos, 1,1 milhão de portugueses, 557 mil espanhóis, além de um outro tanto de alemães, japoneses, poloneses, etc. Tal imi-

gração alterou drasticamente a composição racial brasileira.

Após a abolição da escravidão, os canais existentes para a mobilidade social não permitiram a um significativo número de pessoas, que tinha identificação histórica e cultural com a África, a mínima possibilidade de melhoria intelectual ou material. Nem se falaria da vida política, espaço privilegiado de branco.

Obviamente, os traços culturais de origem africana permaneceram vivos na cultura popular, mas o interesse pela contribuição social africana foi virtualmente excluído da alta cultura. Desvantagens econômicas e sociais, associadas ao sistema de alianças, barganhas e apadrinhamento tiveram como conseqüência a exclusão da gente da África na vida política e cultural ativa oficial do país.

Na época da abolição, a situação do brasileiro com raízes africanas implicava, e em certo sentido ainda implica hoje, a exclusão da modernidade. O negro, a África e o emancipado passaram a produzir um novo paradigma cultural: a de que eram obstáculo ao progresso. Para as elites brancas, a condição negra subalterna era algo que deveria ser escondida, no lugar de ser transformada através da cidadania.

Notas

1. Mário José Maestri Filho, *O escravo gaúcho: resistência e trabalho* (São Paulo: Brasiliense, 1984), p. 13.

2. O trabalho mais sistemático e recente sobre o sistema escravista no Brasil foi produzido pelo historiador brasileiro Jacob Goreneder, *O escravismo colonial* (São Paulo: Ática, 1978). Ver também Fernando Novais, *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)* (São Paulo: Brasiliense-Cebrap, 1977). Um importante debate sobre diferentes perspectivas de análise do escravismo brasileiro pode ser visto em José Roberto do Amaral Lapa (org.), *Modos de produção e realidade brasileira* (Petrópolis: Vozes, 1980).

3. Para um aprofundamento do assunto ver Fernando Novais, "Passagens para o Novo Mundo", *Novos Estudos Cebrap* 9 (1984): 4-5.

4. Ver João Pereira, *Angola e o Brasil: duas terras lusíadas no atlântico* (Lourenço Marques: Minerva Central, 1964), p. 25.

5. Maurício Goulart, *Escravidão africana no Brasil* (São Paulo, 1949), p. 96.

6. *Idem*, p. 57.

7. *Idem*, p. 272.

8. Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), p. 268. É interessante observar que o número de africanos transportados para o Brasil durante o tráfico atlântico de escravos sugerido por Maurício Goulart no final da década de 1940 foi depois confirmado pelo trabalho de Philip Curtin, no final da década de 1960. Outros estudiosos brasileiros, como Roberto Simonsen, também haviam sugerido o número aproximado entre 3,5 e 3,7 milhões, de acordo com o próprio Curtin, *op. cit.*, pp. 48-49. Trabalhos mais recentes não têm contestado os números de Curtin. Veja: Joseph Inikori, "The Slave Trade and the Atlantic economies, 1551-1870", in Unesco (org), *The African slave trade from the fifteenth to the nineteenth century* (Unesco, 1970); Christopher Fyfe, "The dynamics of African dispersal: The Transatlantic Slave Trade", in Martin Kilson e Robert Rotberg (ed), *The African diaspora: interpretative essays* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978), p. 63; Stanley L. Engerman, "A Economia da Escravidão", *Ciência Hoje* (encarte: Negros Brasileiros), 48 (1988): 4-9; Paul Lovejoy, *Transformations in slavery: a history of slavery in Africa* (New York: Cambridge University Press, 1983); Anselme Guezo, "The Slave Coast and

the Europeans" (tese de doutorado, Birmingham: The University of Birmingham, 1989), capítulo III, pp. 168-234. Finalmente, é importante examinar a questão do assim chamado tráfico proibido de escravos em Luiz Henrique Dias Tavares, *Comércio proibido de escravos* (São Paulo: Ática, 1988).

9. Um dos melhores e mais recentes trabalhos produzidos sobre as relações do Brasil com Angola neste período foi produzido por Joseph Miller, *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1988), parte 3. Ver também Stuart Schwartz, *Sugar plantations in the formation of Brazilian society, Bahia, 1550-1835* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985). Também parece muito importante o trabalho de Katia de Queirós Mattoso, *To be a slave in Brazil, 1550-1888* (New Jersey: Rutgers University Press, 1986). Vale também ver Vera Lúcia Amaral Ferlini, *A civilização do açúcar, séculos XVI a XVIII* (São Paulo: Brasiliense, 1984).

10. Ver o clássico trabalho de Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos du XXVII au XIX siècle* (Paris: Mouton & Co., 1968).

11. Cf. José Honório Rodrigues, *Brasil e África: outro horizonte* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982), p. 107.

12. J. F. Almeida Prado, "A Bahia e as suas relações com o Daomé" in *O Brasil e o colonialismo europeu* (São Paulo, 1955), pp. 114-122.

13. Idéia proposta por R. C. Boxer e desenvolvida por Anne Wardsworth Pardo, "A Comparative Study of the Portuguese Colonies of Angola and Brazil and Their Independence from 1648-1825" (tese de doutorado, Boston: Boston University, 1977).

14. Cf. Carlos Couto, "O Pacto Colonial e a Interferência brasileira entre Angola e o Reino no Século XVIII", *Estudos Históricas*, 10 (1971): 21.

15. Essa questão foi exaustivamente explorada por Nilcea Lopes Lima dos Santos, "União Brasil-Angola. Uma Hipótese na Independência" (dissertação de mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 1979). Ver também o excelente artigo de Alberto da Costa e Silva, "As Relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 à Primeira Guerra Mundial" in A. C. Silva, *O vício da África* (Lisboa: Sá da Costa, 1989), p. 27.

16. Alberto da Costa e Silva, *op. cit.*, p. 26.
17. Nilcea L. L. dos Santos, *op. cit.*, p. 3.
18. J. H. Rodrigues, *op. cit.*, p. 229.
19. Samuel Y. Boadi-Siaw, "Development of Relations between Brazil and African States, 1950-1973" (tese de doutorado, Los Angeles: University of California, 1975), p. 32.
20. J. H. Rodrigues, *op. cit.*, p. 231.
21. O exame profundo dessas propostas foi feito pela pesquisadora Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e suas voltas à África* (São Paulo: Brasiliense, 1985), pp. 17-100.
22. Ver Herbert Klein, *A escravidão africana: América Latina e Caribe* (São Paulo: Brasiliense, 1987), p. 193.
23. Carl N. Degler, *Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States* (New York: Macmillan, 1971), pp. 39-47.
24. Herbert Klein, *op. cit.*, p. 73.
25. Sobre o medo, ver o excelente trabalho de Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra. Medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).
26. Já há, felizmente, uma significativa historiografia sobre Palmares. Ver Edison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares* (Rio de Janeiro, 1966); Décio Freitas, *Palmares, a Guerra dos Escravos* (Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982); Clóvis Moura, *Quilombos e rebelião negra* (São Paulo: Brasiliense, 1981); entre outros.
27. Ver João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês (1835)* (São Paulo: Brasiliense, 1986).
28. Thomas Skidmore, *Black into white: race and nationality in Brazilian thought* (New York: Oxford University Press, 1974), p. 21.